


ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA ASSISTÊNCIA A CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7671425180313>

Data de aceite: 05/05/2025

Gessica Brito Silva

Enfermeira pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Ezequiel Almeida Barros

Graduando em Medicina pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU).

Caroline Vitória Feitoza e Silva

Graduando em Medicina pela Universidade CEUMA - Imperatriz, Maranhão.

Jurandir Xavier de Sa Junior

Enfermeiro. Especialista em Epidemiologia e Vigilância em Saúde. Mestrando em Saúde e Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Ana Clara Gonsaga Silva

Enfermeira. Pós-graduanda em Auditoria em Serviços de Saúde e em Enfermagem na Saúde Pública com Ênfase em Vigilância em Saúde pela Faculdade Holística.

Francisca Santos Souza Neta

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). Bacharel em Engenharia Civil e Pós-graduanda em MBA em Gestão Empresarial.

Hamilton Leandro Pinto De Andrade

Doutor pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo USP. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, PPGEnf, UFRN. Especialista em Saúde Pública. Graduado em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN.

Marcelino Santos Neto

Doutor em Ciências - Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP). Mestre em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Farmacêutica pela Universidade Católica de Goiás (UCG-GO). Especialista em Educação a Distância / Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde / Citologia Clínica pela Sociedade Brasileira de Citologia Clínica - SBCC / e Saúde da Família. Licenciatura (Esquema I - Formação Pedagógica de Docentes) em Química/Biologia. Graduado em Farmácia e Habilitado em Análises Clínicas (Bioquímica) pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

Roberta De Araujo e Silva

Doutora, Mestre e Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará.
Especialista em Enfermagem do Trabalho.

Maria Tamar Torquato Cavalcante De Sousa

Graduada em Serviço Social. Especialização em andamento em Assistência Social e Saúde Pública e Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faveni.

Marcela De Oliveira Feitosa

Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde pelo Centro Universitário Saúde ABC/ Faculdade de Medicina do ABC. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté. Especialista em Saúde da Família e Saúde Coletiva & em Docência do Ensino Superior.

Francisca Jacinta Feitosa De Oliveira

Doutora em Ciências da Saúde pelo Centro Universitário do ABC-SP, Mestre em Saúde e Efetividade Baseada em Evidências - UNIFESP- Gestão de Tecnologia em Saúde e Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral -Ceará, Especialização em Saúde da Família, Gestão em Saúde, Didática do ensino superior, e Docência na Saúde.

RESUMO: Introdução: Na atualidade, a violência sexual infantil se apresenta como uma epidemia, constituindo um grave problema social e de saúde pública. Este fenômeno complexo, afeta todas as camadas sociais, gêneros, raças, e etnias, sendo uma das principais formas de transgressão dos direitos das crianças. Frente a essa problemática, o Enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS) assume a responsabilidade de prevenir, identificar, coordenar a assistência, e notificar os casos suspeitos ou confirmados. **Objetivo:** Avaliar o papel do enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS) na assistência à criança vítima de violência sexual. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e exploratória. **Resultados:** Com base na análise da literatura, foram delineadas quatro áreas temáticas a serem discutidas, a saber: I) Identificação dos casos de violência sexual infantil pelo enfermeiro da APS; II) Despreparo na tomada de decisão diante dos casos de violência sexual infantil; III) Importância da prevenção e promoção da saúde conduzidas pelo enfermeiro da APS; IV) Formação acadêmica e educação continuada como estratégias para superar os desafios enfrentados. **Conclusão:** Embora a Atenção Primária à Saúde (APS) se constitua como um locus privilegiado para o combate à violência sexual perpetrada contra a criança, os enfermeiros enfrentam inúmeros desafios durante a assistência a essas vítimas, muitas vezes ficando aquém do que se preconiza. É imprescindível que essa problemática seja trabalhada dentro dos currículos de graduação em enfermagem, além de se investir em capacitações que estimulem a identificação e notificação desses casos. **PALAVRA-CHAVE:** Atenção Primária à Saúde. Enfermagem. Violência Sexual Infantil.

PRIMARY HEALTH CARE NURSE'S ROLE IN CARE FOR CHILDREN VICTIM OF SEXUAL VIOLENCE

ABSTRACT: Introduction: Currently, child sexual violence presents itself as an epidemic, constituting a serious social and public health problem. This aspect is complex, affecting all social layers, genders, races, and ethnicities, being one of the main forms of transgression of children's rights. Faced with this problem, the Primary Health Care Nurse (PHC) assumes the responsibility for preventing, identifying, coordinating care, and reporting suspected or confirmed cases of violence. **Objective:** To evaluate the role of Primary Health Care (PHC) nurses in assisting children who are victims of sexual violence. **Methodology:** This is an integrative literature review, with a qualitative and exploratory approach. **Results:** Based on the literature analysis, four thematic areas were outlined to be discussed, namely: I) Identification of cases of child sexual violence by PHC nurses; II) Lack of preparation in decision-making in cases of child sexual violence; III) Importance of prevention and health promotion led by PHC nurses; IV) Academic training and continuing education as strategies to overcome the challenges faced. **Conclusion:** Although Primary Health Care (PHC) is a privileged locus for combating sexual violence perpetrated against a child, nurses face enormous challenges when providing care to these victims, often falling short of what is recommended. This problem needs to be addressed within undergraduate nursing curricula, in addition to investing in training that encourages the identification and reporting of these cases.

KEYWORDS: Primary Health Care. Nursing. Child Sexual Violence.

INTRODUÇÃO

A Doutrina da Proteção Integral, expressa pela Constituição Federal (CF) de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90, inaugurou um novo paradigma no que concerne à compreensão da infância no contexto brasileiro. Ao conferir à criança status de sujeito de prioridade absoluta e dotado de direitos específicos, visa a garantir-lhe todas as condições propícias para o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, em um ambiente de liberdade e dignidade. Ademais, incumbiu à família, à sociedade e ao Estado, a responsabilidade compartilhada de protegê-la de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1990).

Embora represente um marco significativo para o país, a efetivação da proteção integral à criança ainda se revela como um ideal longínquo. Na atualidade, a violência sexual infantil se apresenta como uma epidemia, constituindo não apenas um grave problema de ordem social, mas também uma questão de saúde pública. Este fenômeno, intrinsecamente complexo, permeia todas as esferas sociais, gêneros, raças, e etnias, sendo uma das principais formas de transgressão dos direitos das crianças (Miranda *et al.*, 2020). Os efeitos adversos — físicos, cognitivos, emocionais e sociais — podem perdurar ao longo da infância e adolescência, com repercussões que se estendem até a vida adulta da vítima (Lira *et al.* 2017).

Segundo dados da Vigilância de Violências e Acidentes (Viva/Sinan), no período compreendido entre 2015 e 2021, foram oficialmente registrados 83.521 casos de violência sexual contra crianças (Brasil, 2024). O ano de 2022, por sua vez, assinalou o ápice histórico de estupros de vulneráveis, totalizando 56.820 ocorrências. Dentro desse panorama, constata-se que 7 mil vítimas se encontravam na faixa etária de 0 a 4 anos, enquanto 11 mil estavam na faixa etária de 5 a 9 anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

É relevante destacar que a maioria das denúncias indica que o crime ocorreu dentro do âmbito físico e simbólico do núcleo familiar, predominantemente vitimando meninas negras e perpetrado por um homem conhecido, muitas vezes um membro da família, como o pai, padrasto, irmão, primo ou outro parente próximo, que possuía a confiança tanto da vítima quanto da família (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Esse dado, aponta para a importância de considerar as múltiplas dimensões de identidade, como o gênero e raça, que podem amplificar a vulnerabilidade da criança a situações de violência sexual, devido a estereótipos, discriminação e disparidades estruturais.

O Ministério da Saúde (MS), com o propósito de esclarecer o conceito desta problemática, define violência sexual contra a criança como uma forma de violência caracterizada por todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente o infante, ou visando utilizá-lo para obter satisfação sexual, onde o autor da violência está em fase psicosssexual mais avançada, podendo a violência assumir a forma de estupro de vulnerável, exploração sexual comercial, pornografia e assédio (Brasil, 2021).

Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS), enquanto principal porta de entrada aos serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com maior aproximação com o território de abrangência e com o cotidiano de seus usuários, constitui-se como espaço privilegiado para o enfrentamento deste fenômeno (Silva; Ceribelli, 2021).

O Enfermeiro, integrante da equipe multidisciplinar de saúde da APS, assume a responsabilidade de prevenir, identificar, coordenar a assistência, e notificar os casos suspeitos ou confirmados de violência sexual (Texeira, 2019). Sua atuação diante da vítima deve ser cuidadosamente planejada, visando proporcionar acolhimento e segurança, seguindo os princípios da enfermagem, as políticas públicas de saúde e a legislação vigente (Silva *et al.*, 2021).

A notificação é o primeiro passo dado pelo enfermeiro para a proteger a criança e responsabilizar o agressor. De caráter compulsório e imediato para todos os serviços de saúde, sejam eles públicos ou privados, esse processo não apenas atende a uma exigência legal, mas também possui natureza epidemiológica, através dos dados obtidos são subsidiadas formulações de políticas públicas específicas e direcionadas ações territoriais (Egry *et al.*, 2018).

Diante deste contexto, o presente trabalho tem por finalidade avaliar o papel do enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS) na assistência à criança vítima de violência sexual, considerando os aspectos técnicos, éticos e humanísticos, buscando contribuir para

a conscientização, prevenção e intervenção eficazes. Dada a relevância e abrangência desse problema, torna-se imprescindível a realização de pesquisas que abordem esse tema e disseminem informações pertinentes a respeito do assunto.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e exploratória.

O método empregado busca integrar, sintetizar e analisar os resultados de investigações prévias sobre o tema de forma metódica e detalhada. Focando-se na compreensão das experiências, percepções e contextos sociais, almeja-se identificar padrões, questões recorrentes e lacunas no conhecimento acerca do fenômeno em estudo (Gil, 2010).r

Para a sua execução, seguiram-se as seguintes etapas: I) Identificação do tema (elaboração da questão norteadora da pesquisa); II) Estabelecimento de critérios de elegibilidade dos estudos; III) Busca e amostragem sistematizada em diversas fontes de informação; IV) Coleta de dados; V) Análise dos dados; VI) Discussão; VII) Apresentação da revisão (Botelho et al., 2011).

Definiu-se a questão de pesquisa por meio da estratégia PICo, acrônimo para P: problema ou população-alvo; I: intervenção ou fenômeno de interesse; e Co: contexto (LOCKWOOD et al., 2017). Com base nessa definição, estabeleceu-se a seguinte pergunta norteadora: “Como ocorre a atuação do enfermeiro da atenção primária à saúde na assistência à criança vítima de violência sexual?”

A seleção dos estudos ocorreu entre maio e junho de 2024, mediante acesso as bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe), MEDLINE (National Library of Medicine, Estados Unidos), BDNF (Base de Dados de Enfermagem) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). A busca foi conduzida utilizando-se os Descritores em Saúde (DeCS) combinados com o operador booleano AND: (“Enfermagem” AND “Abuso Sexual na Infância”), “Atenção Primária a Saúde” AND “Abuso Sexual na Infância”), (“Atenção Primária a Saúde” AND “Maus-tratos infantis”), (“Enfermagem” AND “Maus-tratos infantis”).

Foram incluídos artigos indexados nas bases de dados supramencionadas, publicados em português no período de 2014 a 2024, com textos disponíveis na íntegra, e que abordassem a temática da assistência de enfermagem a crianças em situação de violência sexual. Para a exclusão de trabalhos, consideraram-se os critérios: tema, duplicidade, e publicações referentes a manuais técnicos, panfletos, editoriais, monografias, teses e dissertações.

Inicialmente foram encontradas 164 publicações conforme os critérios indicados. Desses estudos, 32 foram selecionados para leitura na íntegra. Após análise, 11 artigos compuseram o conjunto final.

Para apresentar a trajetória de seleção dos estudos, foi utilizada uma adaptação do fluxograma proposto pelas recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) de 2020, conforme ilustrado na Figura 1.

Foi dispensado o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP por ser uma revisão integrativa e contemplar somente artigos publicados e com CEP.

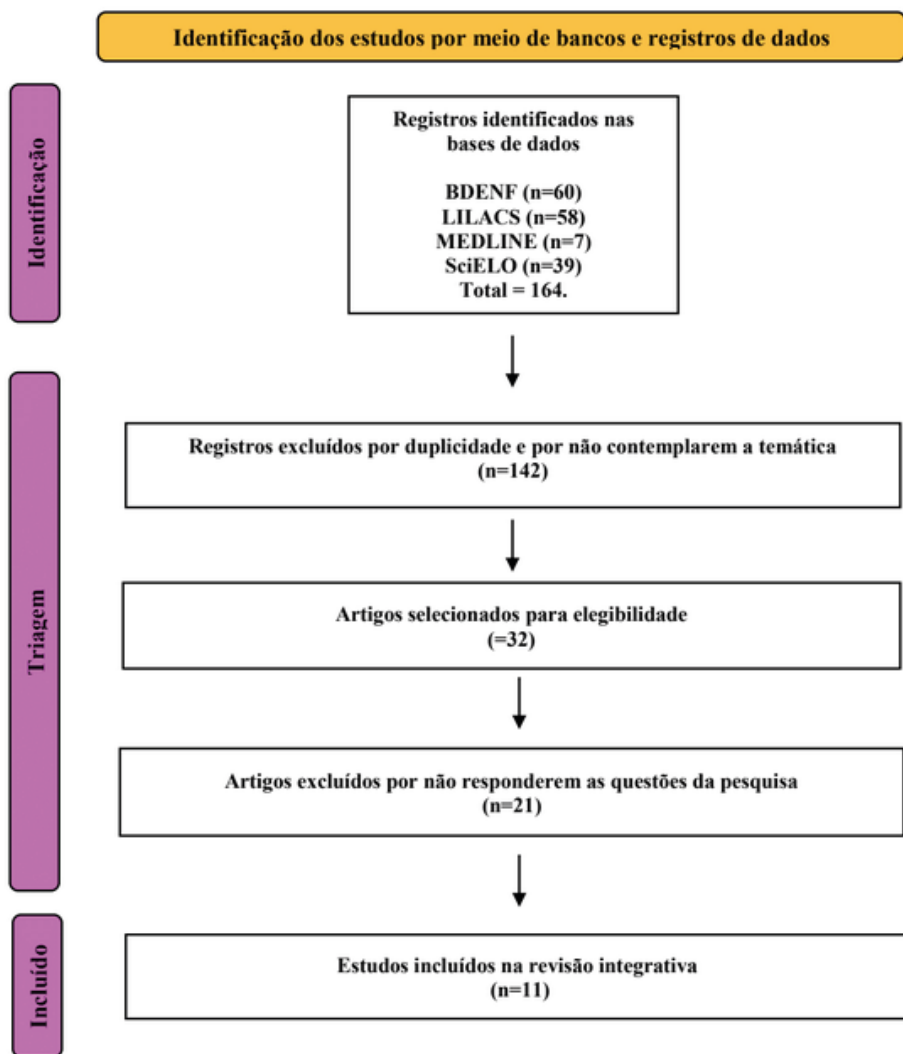


Figura 1 – Adaptação do Fluxograma Prisma 2020.

Fonte: Autor, 2024.

RESULTADOS

As publicações foram submetidas a uma análise minuciosa e os dados foram interpretados de maneira sistemática, sendo posteriormente sintetizados por meio da elaboração de um quadro sinóptico (Quadro 1). Este quadro inclui os seguintes elementos: autores, ano da publicação, título do artigo, base de dados, delineamento do estudo e resultados.

Selecionou-se onze artigos que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos para o alcance dos objetivos propostos. Todos os artigos são de origem brasileira, com pesquisas realizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do país. A metodologia predominante foi a descritiva com abordagem qualitativa. Quanto à cronologia das publicações, quatro datam de 2022, três de 2021, um de 2019, dois de 2018, e um de 2016.

Autores/ Ano	Título	Base de dados	Delineamento do estudo	Principais achados
Galindo <i>et al.</i> , 2022	Violência contra criança e adolescente: atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde	SciELO	Pesquisa analítica, com abordagem qualitativa.	Infer-se que a fragilidade na formação profissional dos enfermeiros para a abordagem de situações de violência infantojuvenil resulta em lacunas na prestação de uma atenção integral às vítimas.
Muniz; Dantas; Santana, 2022	Notificação de violência infantojuvenil: percepção dos profissionais da Atenção Primária à Saúde	SciELO	Estudo exploratório de natureza qualitativa.	Os profissionais reconhecem sua responsabilidade ética no processo de notificação de violência infantojuvenil, especialmente dentro do contexto familiar e territorial em que atuam. No entanto, ainda persistem diversos desafios, como o receio de violência e retaliações no território, além da carência de capacitação adequada.
Batista; Gomes; Villacorta, 2022	Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife	SciELO	Pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação, de caráter analítico.	É necessário abordar o tema da notificação de violência infantojuvenil com as equipes de Saúde da Família, considerando que a maioria dos profissionais nunca teve a oportunidade de participar de encontros sobre esse assunto.
Souza <i>et al.</i> , 2022	Atuação de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família às crianças que sofrem maus-tratos: uma revisão integrativa	LILACS	Revisão integrativa.	A carência de preparo assistencial dos enfermeiros evidencia-se na inexistência de um protocolo operacional padronizado que direcione a assistência a crianças vítimas de violência infantil.
Freitas <i>et al.</i> , 2021	Violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente: o papel da enfermagem	LILACS	Pesquisa descritiva de abordagem qualitativa.	Propõe-se a implementação de um plano estruturado de capacitação e desenvolvimento para os para os enfermeiros na localidade, visando dotá-los do conhecimento indispensável para abordar e intervir adequadamente frente a violência infantojuvenil intrafamiliar.

Silva <i>et al.</i> , 2021	Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infantojuvenil	BDEF	Estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa.	Os enfermeiros não se sentem preparados para lidar com casos de violência sexual infantojuvenil, atribuindo a falta de preparo à ausência de formação acadêmica específica durante a graduação, e escassez de políticas municipais voltadas para a educação continuada.
Silva <i>et al.</i> , 2021	Abordagem da violência infantil na Estratégia Saúde da Família: fatores intervenientes e estratégias de enfrentamento	LILACS	Estudo qualitativo.	Observou-se que os principais desafios para a abordagem da violência infantil na ESF são: o não reconhecimento dos sinais de abuso; as barreiras para estabelecer um vínculo com as famílias; e as dificuldades de comunicação dentro da rede assistencial. Quanto as estratégias de enfrentamento: o trabalho interprofissional; o cuidado holístico; a articulação com a rede intersec-torial; e o diálogo com a família.
Marques <i>et al.</i> , 2019	Violência contra crianças e adolescentes: atuação da enfermagem	BDEF	Estudo quantitativo, descritivo e transversal.	Observa-se que numerosos profissionais relataram identificar aspectos de violência em crianças e adolescentes, contudo, o ato de notificação não se configura como uma prática comum em Manaus, assim como em outras capitais. Tal situação demanda atenção e intervenção voltadas à qualificação profissional
Platt <i>et al.</i> , 2018	Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências	SciELO	Estudo transversal, descritivo e analítico, com dados secundários do SINAN.	As meninas constituem as principais vítimas da violência sexual, com o estupro sendo o crime predominante cometido contra elas. A residência foi identificada como o local de ocorrência mais frequente, e os perpetradores eram, em sua maioria, homens conhecidos das vítimas.
Machado; Vilela, 2018	Conhecimento de estudantes de enfermagem na identificação de crianças em situação de violência doméstica.	BDEF	Estudo qualitativo, descritivo-exploratório.	É imprescindível proporcionar aos estudantes de enfermagem, ainda durante a graduação, oportunidades de discussão sobre a temática, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades.
Leite <i>et al.</i> , 2016	Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na perspectiva de enfermeiros da atenção básica	SciELO	Pesquisa qualitativa.	As principais questões que afetam o trabalho prático dos enfermeiros compreendem a sobrecarga de atividades, a carência de segurança e a desarticulação da dinâmica laboral com a rede de proteção, fatores estes que contribuem para a subnotificação dos casos de violência.

Com base na análise da literatura, foram delineadas quatro áreas temáticas a serem discutidas, a saber:

- I) Identificação dos casos de violência sexual infantil pelo enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS);
- II) Despreparo na tomada de decisão diante dos casos de violência sexual infantil;
- III) Importância da prevenção e promoção da saúde conduzidas pelo enfermeiro da APS;
- IV) Formação acadêmica e educação continuada como estratégias para superar os desafios enfrentados.

DISCUSSÃO

A responsabilidade conferida ao enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS) frente à complexa e grave questão da violência sexual infantil é multifacetada e de extrema relevância. Esta incumbência desdobra-se em diversas dimensões, com destaque para a identificação dos casos, a notificação compulsória e implementação de estratégias de prevenção e promoção da saúde, conforme a literatura examinada (Freitas *et al.*, 2022; Galindo *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2022).

I. Identificação dos casos de violência sexual infantil pelo enfermeiro da Atenção Primária à Saúde

O enfermeiro da Atenção Primária à Saúde (APS) encontra-se inserido em um contexto de proximidade contínua com a família, o indivíduo e a comunidade, o que permite uma compreensão holística das necessidades de saúde e dos determinantes sociais que afetam a população assistida (Galindo *et al.*, 2022).

Neste contexto de estreita relação e confiança, a consulta de enfermagem em puericultura, quando conduzida por profissionais adequadamente capacitados, configura-se como um instrumento essencial na identificação de casos de violência sexual contra a criança. Mediante um acolhimento com escuta atenta, uma anamnese detalhada e um exame físico minucioso, torna-se viável a detecção de sinais e sintomas que possam indicar a ocorrência desse tipo de agravo (Galindo *et al.*, 2022). Tal reconhecimento exige do enfermeiro um conhecimento aprofundado e especializado, uma vez que os sinais e sintomas podem ser sutis e não evidentes, requerendo uma observação cuidadosa e uma compreensão abrangente das manifestações físicas, psicológicas e sociais envolvidas (Galindo *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2022).

A identificação precoce é fundamental para assegurar a pronta proteção e fornecer o apoio necessário ao bem-estar da vítima, porém enfrenta desafios substanciais. Pesquisas recentes revelam que enfermeiros da APS frequentemente demonstram insegurança e falta de capacitação para desempenhar efetivamente essa função. O enfoque predominantemente biomédico na abordagem da violência sexual infantil, que valoriza exclusivamente os sinais

clínicos visíveis por meio de lesões físicas, representa o principal obstáculo na detecção desses casos (Freitas *et al.*, 2022; Galindo *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2022).

Esta situação é resultado de diversos fatores, destacando-se especialmente duas lacunas significativas: a insuficiência de formação acadêmica especializada durante o curso de graduação e a escassez de políticas municipais voltadas para a educação continuada (Machado; Vilela, 2018; Batista; Gomes; Villacorta, 2022).

A ausência de conteúdos essenciais sobre violência sexual contra crianças nos currículos dos cursos de enfermagem, juntamente com a carência de programas estruturados de educação continuada focados nessa temática, impacta significativamente a percepção e a resposta dos profissionais a esses casos, o que pode resultar na falta de habilidades para detecção da violência, perpetuação de estereótipos e preconceitos, bem como em uma abordagem menos empática diante dessa situação delicada, contribuindo diretamente para a subnotificação dos casos (Batista; Gomes; Villacorta, 2022).

II. Despreparo na tomada de decisão diante dos casos de violência sexual infantil

Um ponto de grande destaque nos artigos analisados é o medo revelado pelos enfermeiros da APS no confronto da violência sexual perpetrada contra a criança, particularmente no que tange ao processo de notificação, o que acarreta inúmeros desafios para a proteção e promoção dos direitos infantis (Batista; Gomes; Villacorta, 2022; Marques *et al.*, 2019; Muniz; Dantas; Santana, 2022; Platt *et al.*, 2018).

O Ministério da Saúde incluiu, no ano de 2011, a violência sexual na lista de doenças e agravos de notificação compulsória para todos os serviços de saúde. Desta forma, qualquer suspeita ou confirmação de violência sexual contra a criança deve ser notificada, devendo ser realizada em até no máximo 24 horas para a Secretaria Municipal de Saúde. Além da notificação à autoridade sanitária, o ECA determina a comunicação obrigatória ao conselho tutelar (Batista; Gomes; Villacorta, 2022; Galindo, *et al.*, 2022).

Apesar da obrigatoriedade da notificação e de sua reconhecida importância, a subnotificação desses casos por parte dos enfermeiros da APS permanece como uma problemática persistente no país. Esse fenômeno é atribuído à insegurança dos profissionais em relatar os casos suspeitos, ao temor de represálias por parte do agressor e da família da vítima, bem como à carência de capacitações específicas sobre o tema (Batista; Gomes; Villacorta, 2022; Galindo *et al.*, 2022; Marques *et al.*, 2019; Leite *et al.*, 2016).

A ausência de conhecimento específico sobre os critérios de notificação aliada ao fato de o perpetrador da violência ser frequentemente uma pessoa próxima à criança, como um membro da comunidade ou mesmo um parente, culmina em um contexto de receio entre os enfermeiros quanto a possíveis retaliações físicas e morais. Este cenário contribui para a hesitação desses profissionais em relatar casos de violência sexual infantil, levando-os frequentemente a transferir essa responsabilidade para outros serviços (Marques *et al.*, 2019; Muniz; Dantas; Santana, 2022; Platt *et al.*, 2018).

Outro aspecto crítico, reside na ausência de formação adequada e contínua, deixando os enfermeiros insuficientemente preparados para o manejo da complexidade envolvida na gestão dos casos de violência sexual infantil, o que resulta diretamente na subnotificação e, por conseguinte, na incapacidade de uma resposta rápida e eficaz por parte das autoridades competentes (Muniz; Dantas; Santana, 2022; Leite *et al.*, 2016). Esta conjuntura favorece a perpetuação e até intensificação do ciclo da violência, ampliando o risco à integridade física da criança e exacerbando os danos a longo prazo, consequentemente diminuindo as chances de uma recuperação completa (Muniz; Dantas; Santana, 2022).

III. Importância da prevenção e promoção da saúde conduzidas pelo enfermeiro da APS

O enfermeiro, integrante da equipe multidisciplinar de saúde, desempenha um papel crucial como articulador de estratégias voltadas para a educação social e comunitária, visando engajar a população na identificação e suporte às crianças vítimas de violência sexual e suas famílias. Essas iniciativas não se limitam à conscientização sobre os impactos da violência, mas também visam promover o bem-estar físico, emocional e psicossocial das crianças (Batista; Gomes; Villacorta, 2022).

As ações educativas e de orientação direcionadas tanto às famílias quanto à comunidade em geral devem providenciar informações precisas e acessíveis sobre os direitos fundamentais das crianças, enfatizando a importância de um ambiente seguro e livre de violência para o seu desenvolvimento saudável. Além disso, é crucial abordar o conceito de violência sexual infantil, seus diversos subtipos, sinais e sintomas, bem como estratégias eficazes de intervenção. Este enfoque visa capacitar pais, cuidadores e atores da sociedade para identificar indicadores de violência e estar prontos para oferecer apoio de maneira apropriada às vítimas (Batista; Gomes; Villacorta, 2022; Silva *et al.*, 2021).

Desse modo, o enfermeiro contribui para a formação de uma rede de proteção mais eficaz em torno da criança, colaborando para um ambiente mais seguro e acolhedor para o desenvolvimento integral da infância, ampliando as chances de intervenção precoce, e diminuindo os impactos negativos decorrentes da violência.

IV. Formação acadêmica e educação continuada como estratégias para superar os desafios enfrentados.

A formação acadêmica e a educação continuada emergem como pilares fundamentais para capacitar enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS) no enfrentamento dos desafios associados aos casos de violência sexual infantil.

Observa-se uma notável lacuna na formação do enfermeiro no que tange às questões relacionadas às agressões, especialmente na infância. Desse modo, durante a graduação, os cursos de enfermagem, devem proporcionar uma base teórica, equipando os futuros enfermeiros com conhecimentos sobre as diferentes formas de violência sexual contra a criança, incluindo suas manifestações específicas, protocolos de atendimento, e aspectos éticos e legais relacionados à notificação e intervenção nos casos (Galindo, *et al.*, 2022; Machado; Vilela, 2018).

A educação continuada, por sua vez, se revela essencial para atualizar e aprimorar competências técnicas e interpessoais dos profissionais frente a violência sexual perpetrada a criança, necessitando assim, abordar as novas diretrizes, as técnicas necessárias para acolher, identificar e intervir diante dos casos, além de estratégias de suporte psicossocial às vítimas e suas famílias, e a articulação eficaz com outros profissionais e serviços de apoio (Freitas *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2021; Machado: Vilela, 2018).

Dessa maneira, a combinação de uma sólida formação acadêmica inicial com um compromisso contínuo com a educação continuada fortalece significativamente a capacidade dos enfermeiros de oferecer uma resposta eficaz, integral e humanizada aos casos de violência sexual infantil (Machado; Vilela, 2018).

CONCLUSÃO

Embora a Atenção Primária à Saúde (APS) se constitua como um lócus privilegiado para o combate à violência perpetrada contra a criança, os enfermeiros enfrentam inúmeros desafios durante a assistência a essas vítimas, muitas vezes ficando aquém do que se preconiza.

É imprescindível que essa problemática seja trabalhada dentro dos currículos de graduação em enfermagem, além de se investir em capacitações que estimulem a identificação e notificação desses casos, assegurando aos enfermeiros o respaldo técnico-científico necessário para enfrentar essa violência.

Este estudo visa contribuir para futuras pesquisas sobre o tema. A disseminação de conhecimento e a adoção de práticas eficazes são fundamentais para melhorar a qualidade da assistência prestada e fortalecer o papel dos enfermeiros na APS no enfrentamento da violência sexual contra crianças.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M.B.K. et al. Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 5, p. 208-220, dez. 2022. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vwbB75BZDcrTx3V4Qj84pHB/>. Acesso em: 10. jun. 2024.

BRASIL. Governo Federal. Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. **Cartilha Maio Laranja**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum de Segurança Pública**, 2023. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9ee-85b82245dcf2/content>. Acesso em: 10 abr. 2024.

EGRY, E.Y; APOSTÓLICO, M.R.; MORAIS, T.C.P; LISBOA, C.C.R. Enfrentar a violência infantil na atenção básica: como os profissionais percebem? **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 1, p. 119-25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/hLfJttTcbyN5RwcPqqjVbPH/>. Acesso em: 10. jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FREITAS, R.J. M. et al. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: o papel da enfermagem. **Ver FunCare Online**. 2021. jan./dez.; 13:1154-1160. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/8822/10181>. Acesso em: 10 jun.2024.

GALINO, A.NL. et al. Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, 11(Supl. 3):1420-9, mar., 2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2008.

LEITE. J.T. et al. Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na perspectiva de enfermeiros da atenção básica. **Rev Gaúcha Enferm**, 37(2):e55796, jun. 2016. Disponível:<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/8N8zMXdndv6GyctNT4rVN5K/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 jun. 2024.

LOCKWOOD, C. *et al.* Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence. **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual. The Joanna BriggsInstitute**, 2017.

MACHADO, J; VILELA, A. Conhecimentos de estudantes de enfermagem na identificação de crianças em situação de violência doméstica. **Rev enferm UFPE**, Recife, 12(1):83-90, jan., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i01a23285p83-90-2018>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARCOLINO E.C. et al. Violência contra criança e adolescente: atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde. **Rev Bras Enferm**. 2022;75(Suppl 2):e20210579. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/jDXVCG379NhGDFqWfKbhbPz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARQUE, D.O. et al. Violência contra crianças e adolescentes: atuação da Enfermagem. **Rev enferm UFPE on line**, 2021; 15: e 2 4 6 1 6 8. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/246168>. Acesso em 10 jun. 2024.

MARTINS, J. M. O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Psicologia Clínica. Recife, 2015.

MIRANDA, M. H. H.; FERNANDES, F. E. C. V.; MELO, R. A.; et al. Sexual violence against children and adolescents: an analysis of prevalence and associated factors. **Rev Esc Enferm USP**, v. 54, p. 1-8, jun. 2020.

MUNIZ, B. A. A et al. Notificação de violência infantojuvenil: percepção dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/TJyYxvDXtbLcVvBZFvVXdtt/>. Acesso em 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, D.C.C; RUSSO, J.A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. **PhysisRevista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 579-604, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7GW5TKMXC6htXFRJgbRHxVvk/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PLATT, V.B. et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(4):1019-1031, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLM4HB6p849c/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA P.L.N. et al. Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil. *Nurs. health*. 2021;11(2):e2111219482. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19482>. Acesso: 15 jun. 2024.

SILVA, A.L. B.S. et al. Abordagem da violência infantil na estratégia saúde da família: fatores intervenientes e estratégias de enfrentamento. **Rev baiana enferm**; 35:e42348, 2021.

SILVA, P. L. N., et al. Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil. **J. nurs. health**. 2021;11(2):e2111219482. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19482/12977>. Acesso em: 13 de abr. 2024.

SILVA, S. A.; CERIBELLI, C. O papel do enfermeiro frente à violência infantil na atenção primária. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem** / Electronic Journal Nursing Collection| ISSN 2674-7189. Vol. 8, e5001, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/5001/3880>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SOUZA, J.S.R. et al. Atuação de enfermeiros na estratégia saúde da família às crianças que sofrem maus-tratos: uma revisão integrativa. **R Pesq Cuid Fundam**. 14:e11360. Out. 2022. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/11360/11168>. Acesso em 09 jun. 2024.